

Morte de índio alerta União sobre conflitos

Presidente convoca reunião de emergência em Brasília e Funai lamenta ação policial; autópsia em corpo do terena será feita em Brasília

Daiene Cardoso / BRASÍLIA
João Naves de Oliveira
ESPECIAL PARA O ESTADO
SIDROLÂNDIA (MS)

Preocupada com a repercussão do assassinato de uma liderança indígena em Mato Grosso do Sul na quinta-feira, a presidente Dilma Rousseff convocou ontem reunião de emergência no Palácio da Alvorada para analisar a situação. Orientada pelo Planalto, a Funai divulgou nota à noite em que diz "lamentar a falta de diálogo" e a reintegração de posse das fazendas Cambará e Buriti, na zona rural do município de Sidrolândia.

O corpo do índio terena Oziel Gabriel, 35 anos, será levado a Brasília, onde será feita a autópsia. A decisão de transportar o corpo foi tomada por líderes da Aldeia do Meio, onde a vítima residia com a mulher e dois filhos, e por dirigentes da Funai. Os indígenas querem identificar o calibre do projétil que matou Oziel para concluir se ele foi baleado por índios ou pela força policial que fez o despejo.

Em protesto, os terenas voltaram a invadir as fazendas de Sidrolândia ontem. Pelo menos 100 índios entraram nos imóveis no final da manhã. No local havia outros 200 índios que conseguiram driblar as forças policiais que realizaram a ação de despejo na quinta-feira.

Em Brasília, participaram da reunião com a presidente Dilma os ministros José Eduardo Cardozo (Justiça), Gleisi Hoffmann (Casa Civil), Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência) e o advogado-geral da União, Luís Adams.

A Funai criticou o cumpri-



Nova invasão. Um dia após a reintegração de posse que resultou em morte, índios terena voltam a ocupar a Fazenda Buriti

mento da ordem de reintegração de posse na fazenda, propriedade do ex-deputado Ricardo Bacha (PSDB), antes do julgamento de recurso que a instituição havia impetrado e que está em andamento no Tribunal Regional Federal da 3.ª Região.

"A Funai considera lamentável o fato de ter sido determinado o cumprimento da ordem de reintegração antes do julgamento desse recurso, sem que pudesse informar e dialogar previamente com os indígenas,

bem como acompanhar as medidas voltadas à efetivação da decisão", diz a nota.

A instituição federal que responde pela questão indígena, no entanto, não se manifestou no dia da morte do índio. Ontem, afirmou que está acompanhando o caso e atua para defender os indígenas.

Estudos de identificação para definição dos limites da terra indígena Buriti começaram em 1993, informou a Funai.

"A Funai considera que o dis-

tensionamento de situações de conflito demanda diálogos – inclusive sobre a possibilidade de pagamentos referentes aos valores das terras –, sem prejuízo do direito territorial dos povos indígenas", finaliza a nota.

O juiz auxiliar da presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e coordenador do Fórum de Assuntos Fundiários, Rodrigo Rigamonte, será enviado hoje a Campo Grande para acompanhar de perto o conflito entre indígenas e fazendeiros.

Laudo médico. O corpo de Oziel foi examinado ontem pelo médico legista Walney Pereira. No laudo, ele atesta que o tiro disparado entrou abaixo do tórax, acertou o fígado e saiu pelas costas do terena, causando "choque hipovolêmico". A hipótese mais viável é a de que ele tenha sido atingido por uma bala de grosso calibre.

O major Marcos Paulo Gimenez, que comandou a Polícia Militar na operação de despejo, afirmou ontem que 75 policiais

Terenas invadem outra fazenda na região do Pantanal

Os índios da etnia terena invadiram na madrugada de ontem mais uma propriedade rural em Mato Grosso do Sul. O alvo, desta vez, foi a Fazenda Esperança, no município de Aquidauana, na região do Pantanal. Líderes do grupo, com quase 500 pessoas, disseram que a área lhes pertence e que vão ficar ali. Segundo eles, a fazenda estaria localizada sobre a sede da primeira aldeia dos terenas no município.

Os índios vivem hoje numa área de 6 mil hectares, que desejam ampliar para 33 mil hectares. O imóvel invadido pertence à família Alves Corrêa, que teria recebido prazo de 24 horas para deixar o local. Ontem, o presidente da Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul, Eduardo Rielder, disse que vai pedir a intervenção do Exército e Força Nacional para conter a violência no Estado. / J.N.O.

portavam arma com projéteis letais. A informação contradiz o governador André Puccinelli (PMDB), que no dia da tragédia afirmou que a PM usou só balas de borracha. Ontem Puccinelli não foi localizado pelo Estado.

O comandante da Polícia Militar, coronel Alberto David dos Santos, informou que foi aberto inquérito para apurar se o disparo partiu de militares ou não. A Polícia Federal informou ontem que índios também usaram arma de fogo no dia do conflito.

PONTOS-CHAVE

Governo quer mudança nas demarcações

● **Pacote**
Em 8 de maio a ministra Gleisi Hoffmann (foto) anuncia mudanças na demarcação de terras indígenas que esvaziavam o papel da Funai e contemplam ruralistas.



● **Morte**
Em 30 de maio um índio terena morre (foto) durante confronto entre indígenas e policiais numa reintegração de posse de uma fazenda em Sidrolândia (MS).



● **Ocupação**
Um dia após a morte do índio Oziel Gabriel em Sidrolândia, cerca de 500 indígenas da etnia terena ocupam outra fazenda, em Aquidauana (MS).

Demarcações provocam conflitos em outras 212 regiões do País

Levantamento indica que tensão aumenta com a presença de técnicos da Funai e é agravada pela lentidão da Justiça

Roldão Arruda

Sidrolândia, em Mato Grosso do Sul, é apenas um entre muitos focos de tensão existentes no País em torno da demarcação de terras indígenas. Levantamento concluído no início do ano pelo Conselho Indigenista

Missionário (Cimi) aponta 212 áreas rurais cujos moradores enfrentam esse tipo de conflito, que opõe índios a produtores rurais, madeiros, posseiros e outros grupos cujas atividades estão ligadas à posse da terra.

O processo de demarcação de uma terra indígena é demorado. Entre a reivindicação inicial dos índios interessados na terra e o documento final, de registro no cartório no imóvel, podem transcorrer décadas.

Segundo o Cimi, porém, os conflitos se agudizam em duas fases: quando a Fundação Na-

cional do Índio (Funai) reconhece a petição indígena e inicia o processo de identificação do território; e quando declara, após análises técnicas, que a terra deve mesmo ser entregue aos índios.

No momento, na Funai estão registradas 150 áreas em processo de identificação; e outras 62 já declaradas (daí o total de 212). É nessas duas fases que os grupos com interesses contrariados mais reagem, recorrendo à Justiça ou desencadeando ações para impedir o trabalho da Funai. Em Mato Grosso do

Sul existem seis áreas cujo processo de demarcação está paralisado porque os ruralistas boicotam a mobilidade dos especialistas da instituição do governo.

A demora dos processos na Justiça agrava os conflitos. Logo após a morte do índio Oziel Gabriel, ontem, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) emitiu nota na qual destacou que as demarcações causam insegurança jurídica na zona rural.

Demanda acumulada. Dados do Banco de Terras Indígenas do Cimi indicam uma grande demanda acumulada. Além dos processos em andamento e que estão por trás de conflitos como o de Sidrolândia, a Funai tem mais 339 pedidos de demarcação parados na mesa de seus

técnicos e que ainda não passaram sequer pela análise inicial.

Também está parado lá, aguardando algum tipo de decisão, o caso de 40 reservas indígenas definidas ainda no tempo do antigo Serviço de Proteção ao Índio – extinto em 1967, para dar lugar à Funai. O Cimi verificou que a definição dessas reservas não foi seguida de nenhum processo legal para levar ao registro definitivo.

Já existem no Brasil 359 territórios indígenas completamente definidos. Outros 45 já foram homologados pela Presidência da República e aguardam registro. Na soma geral, as terras entregues aos índios ocupam 13% do território e estão concentradas sobretudo na Amazônia.

Nos primeiros dois anos de governo, a presidente Dilma

● Focos de conflitos

212
É o número de áreas onde o andamento das demarcações opõe índios a produtores rurais, madeiros e posseiros

339
pedidos de demarcação estão parados na Funai, à espera das análises iniciais

Rousseff homologou 10 terras, o que dá a média de 5 por ano. Luiz Inácio Lula da Silva, em seu primeiro mandato, entre 2003 e 2006, homologou 16 por ano. No governo do presidente tucano Fernando Henrique Cardoso a média chegou a 28.

PSDB pede à PF inquérito sobre o caso do Bolsa Família

Líder tucano diz que há indícios de uso político de informações sobre o programa e vazamento de sigilo dos beneficiários

BRASÍLIA

O PSDB solicitou formalmente ontem à Polícia Federal o acesso imediato dos partidos de oposição ao inquérito instaurado para apurar a origem dos boatos sobre o fim do Bolsa Família, ocorridos nos dias 18 e 19 de maio. O requerimento foi protocolado pelo líder do partido na Câmara, deputado Carlos Sampaio (SP).

Em outra frente, os tucanos também entrou com uma representação na Procuradoria-Geral da República (PGR) pedindo investigação sobre eventuais irregularidades e possível improbidade administrativa de autoridades do governo federal no episódio. Os falsos boatos provocaram uma corrida às agências da Caixa Econômica Federal em 13 Estados, sobretudo no Nordeste. A Caixa é a responsável por fazer os repasses do programa.

Na representação, o tucano argumenta que há indícios de uso político de informações sobre o programa, vazamento de dados sigilosos dos beneficiários por sistema de telemarketing e divulgação de informações incorretas pela Caixa.

O presidente da Caixa, Jorge Hereda, e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, admitiram que os recursos do Bolsa



Oposição. Tucano Carlos Sampaio quer acesso a inquérito

Família foram liberados para saírem na sexta-feira, dia 17, véspera dos boatos. O documento cita ainda a ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, que, em mensagem no Twitter, atribuiu à oposição a responsa-

bilidade pela onda de boatos. Para o líder do PSDB, os fatos são passíveis de instauração de inquérito civil ou penal.

Já no requerimento encaminhado ao diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Daiello, a

oposição cobra o acesso de seu advogado às informações colhidas pelos policiais até agora. De acordo com o partido, a PF teria se comprometido a liberar o acesso dos partidos da oposição aos autos.

'Inconclusivo'. Ontem, Cardozo disse que as investigações sobre o episódio continuam em ritmo acelerado, mas que não há nenhum fato novo no inquérito. "Não chegamos até o momento a nenhuma situação que eu possa dizer como conclusiva", afirmou Cardozo.

Segundo o ministro, nenhuma linha de investigação foi descartada. A apuração do caso é considerada "difícil" pela fato de que é preciso ouvir muitas testemunhas para se chegar à fonte primária dos boatos. "Isso não é uma investigação fácil, mas nós já temos uma linha de investigação."

PARA LEMBRAR

Boato causou tumultos

Motivadas por boatos que davam conta de que o governo acabaria com o Bolsa Família, milhares de pessoas correram a agências da Caixa Econômica no fim de semana dos dias 18 e 19 de maio para sacar o benefício. O corre-corre gerou filas e tumultos em agências de 13 Estados. Uma semana depois do episódio, a Caixa admitiu que, em 17 de maio, véspera dos boatos, alterou o calendário e antecipou o pagamento do Bolsa Família. Todos os beneficiários – um total de R\$ 2 bilhões – foram liberados de uma só vez para parte dos 13,8 milhões de beneficiários.